



LUÍS LIMA SANTOS

Mestrado deverá ser grau mínimo de acesso à profissão

Por Jorge Magalhães

Promover colégios de TOC para as valências contabilísticas sectoriais emergentes é uma das sugestões que Luís Lima Santos deixa à consideração, acreditando que essa poderá ser uma das vias para o futuro da profissão. Para este professor universitário, é necessário repensar o ensino da Contabilidade, ao mesmo tempo que deixa um alerta: «A forma rígida de renovação do conteúdo do POC originou a sua desactualização.»

Doutor em Ciências Económicas e Empresariais pela Universidade de Vigo, tendo-se debruçado na tese de doutoramento sobre «A Contabilidade nos países de língua portuguesa», Luís Lima Santos é professor adjunto do Instituto Politécnico de Leiria e lecciona também na Escola Superior de Tecnologia do Mar, em Peniche, onde é coordenador de curso de Gestão Turística e Hoteleira e secretário do Conselho Científico. Com dois filhos e dedicado ao xadrez, este TOC é, aos 40 anos, autor e co-autor de diversos livros e membro subscritor do *International Accounting Standards Board*.

Acredita que «a grandeza de um povo é o reflexo da sua educação» pelo que defende que «a formação e as competências associadas nunca são demais.» Crítico em relação ao ensino da Contabilidade em Portugal, porque «carece de uma estrutura coerente», Luís Lima Santos, professor universitário e TOC, defende nesta entrevista a actualização do POC e, a propósito da harmonização contabilística, lembra que «a Contabilidade não é um “produto” que possa ser

vendido sob contrato de franquia.» Doutorado em Ciências Económicas e Empresariais e observador atento da realidade económica e social, é sem problemas que admite a existência de profissionais «prevaricadores», sugerindo uma maior aposta na «na aplicação do Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas.» Ciente do papel relevante que os TOC têm desempenhado na arrecadação de receitas fiscais, lembra que é imperioso banir «a mentalidade mesquinha de que quem não paga impostos é “bestial”.»

TOC – «A Contabilidade nos países de língua portuguesa» é o tema central da sua tese de doutoramento. Que surpresas e dados curiosos encontrou nesta investigação?

Luís Lima Santos – Entre outros aspectos, a confirmação da coexistência de diversas soluções nos países de língua oficial portuguesa no que respeita a objectivos, características qualitativas, pressupostos subjacentes, princípios contabilísticos e respectivas restrições, utilização de códigos de contas, configuração e estruturas de apresentação das demonstrações contabilísticas de apresentação obrigatória e, por fim, critérios de valorimetria.

TOC – O mundo que fala português está ainda muito atrasado em matéria de Contabilidade?

LLS – De facto, em termos contabilísticos a expressão “atrasado” ajusta-se aos países africanos com excepção de Angola, que tenta acompanhar Portugal e o processo do IASB, e São Tomé e Príncipe, que acompanha a OCAM.

No Brasil, a organização da contabilidade está assente no Código Civil e na LSA-BR. Por outro lado, também o Conselho Federal de Contabilidade e a Comissão de Valores Mobiliários, que

adopta normas do IBRACON e assume o processo do IASB, promovem normas contabilísticas.

TOC – Que traços comuns encontrou entre estes países?

LLS – Nos países em estudo, os traços mais comuns são a aceitação da diversidade de utilizadores que, por si só, não elimina a grande dependência dos governos e, naturalmente, das políticas fiscais. Mas é de notar que a enunciação dos objectivos da informação financeira não parece revelar esta influência.

Outro traço comum prende-se com as características qualitativas como “relevância”, “fiabilidade”, “compreensibilidade” e “comparabilidade”. Os princípios contabilísticos adoptados em, pelo menos, cinco países: acréscimo ou especialização dos exercícios, consistência, continuidade, custo histórico, materialidade e prudência; a utilização de códigos de contas como meio para atingir um fim, excepto no Brasil; a adopção do custo histórico de aquisição, ou de produção, como o critério fundamental de valorimetria são também traços semelhantes que podemos encontrar nesses países.

TOC – A língua poderá facilitar uma aproximação a nível contabilístico e fiscal?

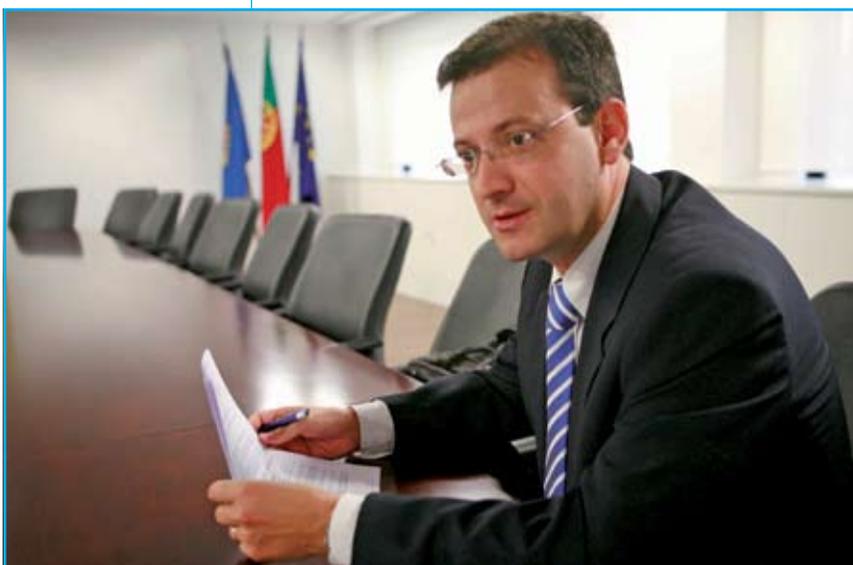
LLS – Acredito que uma língua falada por cerca de 240 milhões de pessoas pode e deve facilitar a partilha de experiências e a aproximação a nível contabilístico e fiscal. Promove-se o crescimento das relações comerciais entre os diversos países, para a criação de sinergias políticas, económicas e sociais. Por outro lado, é mais fácil o acompanhamento do processo de harmonização contabilística e fiscal à escala mundial, por via da identidade linguística, para os países mais atrasados.

Por fim, é de salientar também, no plano mundial, uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente e a maior confiança dos investidores, motivada pela apresentação das

contas das empresas numa linguagem comum e por regimes de tributação próximos.

TOC – Os empresários portugueses estão a prestar a devida atenção a estes mercados?

LLS – Não tenho dados que me permitam aferir se os empresários prestam, ou não, atenção. No entanto, a língua comum é um factor de competitividade. Por outro lado, uma dificuldade para quem trabalha nestes mercados é poder garantir recebimentos relativos aos negócios. Constitui dificuldade adicional o facto de não existir uma configuração harmonizada do conjunto das



Luís Lima Santos é claro sobre o potencial que se esconde nos países que se expressam em português : «Uma língua falada por 240 milhões de pessoas pode e deve facilitar a partilha de experiências.»

demonstrações contabilísticas de apresentação obrigatória; e quando há coincidência do objecto da demonstração, o mesmo não se pode afirmar para a estrutura da sua apresentação, facto que reflecte a preocupação quanto à relação inversa entre a quantidade de informação e a percepção ou compreensibilidade da mesma para os empresários.

Harmonização, sim! Unificação, não!

TOC – A harmonização contabilística europeia é desejável, ou melhor, que vantagens e inconvenientes podem advir de tentar arranjar um

fato único para realidades e culturas tão díspares como as que existem dentro da UE?

LLS – A harmonização de procedimentos, sempre que suportada em pressupostos teóricos consistentes e comprováveis, é sempre desejável. Ao nível regional (UE) não me parece que devam existir excepções.

A normalização deve ter em conta o ambiente envolvente aos sistemas contabilísticos, até porque é naquele que se verificam diferenças que limitam a normalização ou, como referiu na questão, a unificação com a qual discordo plenamente. A Contabilidade não é um “produto” que possa ser vendido sob contrato de franquia.

TOC – Há quem diga que se está a abandonar a clareza de conceitos, o construtivismo lógico, uma certa tradição romanista para ceder ao pragmatismo anglo-saxónico em termos de normalização contabilística. Partilha destas ideias?

LLS – Partilho. No entanto, não concordo com o pragmatismo anglo-saxónico pois, actualmente, é dada prevalência a normas extensas e sem uma base conceptual. Ou seja, as normas não são submetidas a fundamentação científica, reflectindo a vivência cultural e práticas/interesses com predominância anglo-saxónica.

TOC – Que vantagens e quais os principais beneficiados com a harmonização contabilística?

LLS – Devemos considerar as vantagens em função dos preparadores e utilizadores da informação contabilística. Com efeito, a dinâmica das regras de preparação e apresentação das contas das empresas, leva a assumir diversas configurações em função das necessidades e expectativas dos diferentes utilizadores.

A harmonização contabilística pode promover vantagens no ensino da Contabilidade, pelo fomento de bases de aprendizagem comuns que promovam a relevância, a fiabilidade e a compreensibilidade da informação contabilística. Estas bases permitirão a definição de objectivos diferenciados no ensino, em função dos diversos objectivos e dos diferentes níveis de exigência.

POC desactualizado

TOC – O actual sistema contabilístico espelha bem a realidade patrimonial das empresas?

LLS – Se estivermos a pensar no caso português, e dado que cerca de 98 por cento do tecido empresarial é composto por micro, pequenas e médias empresas, direi que o actual POC – ou qualquer outro sistema de informação semelhante – responde a muitas necessidades informativas. No entanto, a forma rígida de renovação do conteúdo do mesmo originou a sua desactualização. Portanto, para responder se espelha bem a «realidade patrimonial», seria prudente determinar se a forma como este conceito é aferido pelos preparadores da informação é coincidente.

TOC – Como explicar os sucessivos sobressaltos a que temos assistido com as contas de algumas empresas desde 2000 para cá: Enron, Worldcom, Parmalat, a recente crise do crédito hipotecário norte-americano?



«A Contabilidade não é um “produto” que possa ser vendido sob contrato de franquia», alerta este professor universitário a respeito da unificação contabilística.

no e a dificuldade em avaliar os activos dos bancos... Pode confiar-se numa ciência que permite tais sobressaltos?

LLS – Na ciência pode sempre confiar-se, porque sabemos que não é imutável. As verdades de hoje poderão não o ser amanhã, e ainda bem que assim é. Já quanto aos profissionais que preparam a informação, nesta como em todas as profissões, existem prevaricadores.

A questão da avaliação dos activos dos bancos é, naturalmente, dependente de factores que, apesar dos critérios de pretensa objectividade, encerram grande subjectividade. A avaliação que cada um de nós faz de qualquer activo é, por natureza, pessoal e sujeita a imensos factores voláteis.

Tributação consolidada das empresas é possível na UE

TOC – Muito sinceramente, a harmonização europeia será algum dia possível ou estamos a falar de uma ilusão?

LLS – Estas questões são encaradas com avanços e recuos. A actual conjuntura internacional favorece claramente esse cenário. Pessoalmente, acredito na utilidade da harmonização contabilística regional não só ao nível da UE, mas também da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), de África e do Sudeste Asiático.

TOC – Falamos de harmonização contabilística. A nível fiscal, a Europa poderá algum dia sonhar com uma uniformização?

LLS – Bem, como sabemos harmonização é diferente de uniformização. Tudo depende da vontade de alguns governos em abdicar de parte das suas receitas fiscais nos impostos sobre o consumo, motivadas quer pela redução de taxas (não compensada pelo aumento do volume de transacções) quer pelo aumento de taxas (sujeito à eventual diminuição de transacções). Quanto aos impostos sobre os rendimentos, a sua deslocalização e a proliferação dos chamados “paraísos fiscais” tornam o sonho mais uma utopia.

TOC – A tributação consolidada de empresas que actuam no espaço europeu poderá ser possível?

LLS – A UE deseja a tributação consolidada, portanto, é possível. No entanto, implica a concertação de esforços dos vários governos e a clara definição das regras de tributação – o que inclui os conceitos relativos à incidência base e real – e de distribuição das receitas inerentes.

Contabilidade americana com maior propensão para a fraude

TOC – Como é que olha para a mais recente crise financeira que resulta, em parte, de informações pouco claras e precisas de alguns bancos sobre o valor dos seus activos?

LLS – Com preocupação, pois o grau de dependência de alguns bancos aos congéneres norte-americanos é elevado, o que poderá levar a crise a alastrar ao mercado de crédito global.

TOC – Opiniões recentes, a propósito da crise do *subprime*, dizem que a contabilidade americana é uma gigantesca fraude. Lopes de Sá, na nota de apresentação do seu livro «Contabilidade Internacional» relata situações pouco claras na contabilidade norte-americana para «ludibriar a comunidade de investidores.» Partilha destas visões?

LLS – O *subprime* é um reflexo da política norte-americana de baixar as taxas de juro para estimular o mercado imobiliário, no sentido de contrariar os efeitos do 11 de Setembro nos mercados. A taxa de juro chegou a um por cento e alguns bancos foram mais permissivos na concessão de crédito, o que promoveu o aumento do valor das casas. Mais tarde, a Reserva Federal sobe os juros, situação agravada pela redução do preço das casas, e as famílias mostram-se insolventes. A questão levantada pelo Professor Doutor António Lopes de Sá, a respeito do *subprime*, reside na especulação que permitiu a manipulação dos valores. A maior propensão para a fraude na contabilidade americana releva-se pela envolvimento das famílias com o mercado de capitais. E este é um aspecto que faz toda a diferença relativamente ao continente europeu.

TOC – Com todas estas notícias, as questões éticas estão a ser definitivamente esquecidas?

LLS – A ética pessoal precede a ética nos negócios e, portanto, a ética deontológica e profissional associada a qualquer actividade de prestação

de serviços. Ao profissional de Contabilidade são exigidos conhecimentos e competências técnicas ao nível da ética e deontologia profissional; já o julgamento que cada um faz das situações em que está envolvido é questão individual e não corporativa. Penso que as instituições de ensino da Contabilidade podem reforçar a atenção dada a estas questões e a CTOC deve primar, com o rigor que lhe é reconhecido, na aplicação do Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas.

TOC – O cerco que o fisco tem montado às empresas obrigou-as a olhar para a Contabilidade de uma forma mais responsável e séria?

LLS – Acredito que sim, embora não o entenda como cerco, mas como o exercício de um direito consagrado na lei, que é verificar se os impostos entregues pelas empresas são os efectivamente devidos.

Se a contabilidade é olhada de forma mais responsável e séria, espero que os empresários não aguardem pela tributação justa para que sintam necessidade de o fazer... Arriscam-se a ignorar um valioso instrumento de apoio à decisão.

Ensino da Contabilidade deve ser reconfigurado

TOC – O ensino da Contabilidade e áreas a ela ligadas é recomendável em Portugal?

LLS – Em Portugal o ensino da Contabilidade é atribuído às escolas secundárias e profissionais e às instituições de ensino superior, politécnicas ou universitárias.

É um ensino recomendável mas que necessita de ajustamentos quanto à definição dos diferentes

graus de exigência, dos objectivos e dos conteúdos programáticos de forma lógica e estruturante. O papel das instituições passa pela transmissão de conhecimentos e de competências, mas de forma inter-relacionada e com coerência estrutural, atendendo aos diferentes graus de exigência

e ao exercício da profissão nos seus diferentes níveis. Em Portugal, o ensino da Contabilidade deverá ser pensado e reconfigurado pelas instituições de ensino, em parceria com os profissionais e com o mundo empresarial.

TOC – A oferta de cursos de Contabilidade é proporcional às necessidades do País ou há o risco de se estar a formar TOC para o desemprego?

LLS – A formação e as competências associadas nunca são demais. Portugal carece de uma estrutura coerente para o ensino da Contabilidade, desde os cursos secundários aos superiores, passando pela formação de qualificação

profissional e de nível IV. Vivemos uma anarquia no ensino da Contabilidade nestes níveis de ensino, que se materializa na indefinição dos graus de exigência, na repetição de objectivos e na recapitulação de conteúdos programáticos sem uma sequência lógica e estruturante.

Entendo que devem existir ajustamentos, nomeadamente quanto ao grau académico exigível para o exercício da profissão (o mestrado) e quanto à comprovação de prática profissional - com apresentação de relatório. O risco poderá ser minimizado com a ideia de promover os colégios de TOC para as valências contabilísticas sectoriais emergentes. Este é, na minha opinião, um caminho a seguir.



Luís Lima Santos defende a criação de «colégios de TOC para as valências contabilísticas sectoriais emergentes.»

Mestrado: grau mínimo para acesso à profissão

TOC – O ensino superior vive dias agitados com as obrigações impostas por Bolonha. Que oportunidades, desafios e inconvenientes vê em todo este processo?

LLS – Vive dias agitados porque as obrigações foram impostas e não decorrem de um processo natural de uma necessidade de mudança. No entanto, há que tentar perceber o lado positivo do processo de Bolonha que, no meu entender, pode passar pela reorganização da oferta formativa e pelo ajustar das exigências de acordo com padrões internacionais.

O lado negativo prende-se, claramente, com a diminuição da duração da formação conducente ao grau de licenciado. Não se compreende a tentativa de associar a sofisticação dos mercados e a complexidade dos processos à diminuição da duração da formação, ainda que se alterem metodologias. As organizações profissionais têm uma palavra a dizer e, no caso da Contabilidade, a CTOC deverá insistir na promoção do mestrado como grau mínimo de acesso à profissão.

TOC – Como é que olha para todo o processo de credibilização da profissão que a CTOC tem vindo a desenvolver?

LLS – A CTOC tem desenvolvido um processo de credibilização sustentado no Técnico Oficial de Contas e na sua importância como elo de ligação entre a administração fiscal e o contribuinte. A direcção da CTOC tem sabido gerir o processo com inteligência e sentido de responsabilidade, o que lhe confere autoridade e superior competência reconhecida por terceiros.

TOC – A sociedade, e as empresas em particular, olham hoje para os TOC de maneira diferente do que fazia há uma década?

LLS – Sempre existiram profissionais de Contabilidade que granjearam o respeito dos clientes e

A educação é um valor inalienável para Luís Lima Santos pelo que certos valores de cidadania, «como o pagamento de impostos e a boa utilização do dinheiro público, deveriam ser inculcados nos primeiros anos de escolaridade.»

parceiros institucionais. No entanto, acredito que muitos não o terão conseguido. A recente eficácia da administração fiscal, associada ao compromisso dos TOC em assegurar que todos os contribuintes pagam os impostos devidos, e apenas estes, são um contributo para que o mundo empresarial se reveja na nobre actividade dos TOC.

TOC – Seria possível à administração fiscal bater sucessivos recordes de cobranças fiscais sem o empenho dos TOC?

LLS – Como referi, a administração fiscal teve um bom desempenho. Listas de devedores, o exemplo dos cumpridores e a transparência que decorre da informação sobre a utilização dos valores arrecadados com os impostos, são factores que potenciam o cumprimento das obrigações fiscais. E, neste particular, o TOC tem um papel fundamental.

A mentalidade mesquinha de que quem não paga impostos é “bestial” deverá acabar... pois quanto menos pagam os faltosos, mais pagam os cumpridores! Acredito que a grandeza de um povo é o reflexo da sua educação, razão pela qual entendo que certos valores de cidadania, como o pagamento de impostos e a boa utilização do dinheiro público, deveriam ser inculcados nos primeiros anos de escolaridade.

TOC – Temos assistido a uma valorização galopante do euro face ao dólar. É um mau sinal para a economia e para as empresas exportadoras?

LLS – A valorização do euro face ao dólar torna as exportações menos competitivas, com impacto negativo para a balança comercial do país. Por outro lado, a economia manifesta-se menos dependente de factores externos, potenciando a diferenciação e a inovação e o incremento das transacções intracomunitárias.

TOC – Alan Greenspan, antigo presidente da Reserva Federal americana, lançou recentemente um livro de memórias com o sugestivo título «A era da turbulência». Turbulência é mesmo o que espera a economia e os mercados nos próximos anos?

LLS – Bem, se lermos com atenção as afirmações de Alan Greenspan, verificamos que as suas opiniões em relação à desvalorização do mercado imobiliário norte-americano mudaram radicalmente. Deverá ter muitas “fontes” para admitir que nos esperam tempos de turbulência, até porque as injeções de capital são limitadas... ■